# A Proteção Legal dos Animais Domésticos no Brasil: Avanços, Desafios e Perspectivas.

**Autor(res)**

Luciana Calado Pena
Rosinalva Da Cunha Dos Santos
Juliana De Carvalho Reis
Felipe De Almeida Campos
Flávia Rodrigues Cantagalli
Marcos Paulo Andrade Bianchini

**Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

**Instituição**

FACULDADE ANHANGUERA DE BELO HORIZONTE - UNIDADE ANTONIO CARLOS

**Introdução**

A proteção jurídica dos animais domésticos no Brasil tem evoluído significativamente ao longo dos anos, impulsionada pela crescente preocupação social acerca do bem-estar animal. A legislação nacional tem avançado no sentido de coibir maus-tratos e assegurar direitos mínimos aos animais, refletindo uma transformação na forma como são reconhecidos no ordenamento jurídico. No entanto, ainda persistem desafios que dificultam a efetivação das normas, como penalidades ainda consideradas brandas para crimes contra animais, fiscalização insuficiente e a necessidade de conscientização social contínua. A consolidação dos direitos animais exige uma atuação conjunta entre Estado, sociedade e instituições jurídicas, além da constante educação e engajamento da população.

**Objetivo**

O presente estudo tem como objetivo apresentar o conjunto jurídico vigente relacionado à proteção dos animais domésticos no Brasil, identificando suas limitações e apontando perspectivas para uma proteção mais eficaz dos animais no país.

**Material e Métodos**

Este estudo foi conduzido por meio de uma revisão bibliográfica abrangente, com o objetivo de compreender a evolução e aplicação da legislação brasileira relacionada à proteção dos animais. Foi realizada consulta de normas jurídicas como leis e decretos, complementada pela análise de artigos científicos publicados em periódicos nacionais. A análise garantiu a identificação de avanços legislativos, lacunas existentes e desafios enfrentados na efetivação dos direitos dos animais no Brasil.

**Resultados e Discussão**

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, §1º, VII, estabelece um marco para a proteção animal, ao

proibir práticas cruéis e reforçar a responsabilidade do Estado e da sociedade.
No conjunto jurídico, destaca-se a Lei de Crimes Ambientais 9.605/1998 e a 13.426/2017, que criminaliza maus-tratos aos animais e estabelece penalidades para tais condutas e a Política Nacional de Controle de Populações de Cães e Gatos, respectivamente.
Além da 14.064/2020 que ampliou a pena de maus-tratos contra cães e gatos, de três meses a um ano de detenção para reclusão de até cinco anos, além de multa e proibição da guarda. Outra lei recente foi a 14.228/2021 proibindo a eutanásia em canis públicos e órgãos de zoonoses incentivando a adoção e o resgate desses animais.
Apesar dos avanços, a impunidade em casos de maus-tratos continua sendo um problema recorrente, evidenciando a necessidade de aprimoramento dos mecanismos de fiscalização e sanções mais rígidas (Rodrigues, 2024).

## Conclusão

Sob uma perspectiva futura, a continuidade dos esforços legislativos e a aprimoração na implementação das políticas públicas já existentes são imprescindíveis para consolidar um sistema de proteção animal mais eficaz no Brasil. A adoção de medidas educativas e o estímulo à adoção responsável podem contribuir significativamente para a redução dos casos de maus-tratos e abandono, fomentando uma convivência mais harmoniosa entre humanos e animais.

## Referências

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

BRASIL. Lei nº 13.426, de 30 de março de 2017. Dispõe sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos.

BRASIL. Lei nº 14.064, de 29 de setembro de 2020. Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para aumentar a pena de reclusão para os crimes de maus-tratos contra cães e gatos.

BRASIL. Lei nº 14.228, de 20 de outubro de 2021. Proíbe a eutanásia de cães e gatos em canis públicos e órgãos de controle de zoonoses.

RODRIGUES, Bruna dos Santos. Animal Rights: Advances and Legal Protection in Brazil. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, São Paulo, v. 10, n. 12, dez. 2024.

ROQUE, J. C.; APOLINÁRIO, M. O.; BARRETO, J. C. Vivências no processo de acolhimento, reabilitação e bem-estar em uma ONG de proteção animal. 2024. Disponível em: http://bdtd.ufcg.edu.br.